



SOCIEDADE DE CONSUMO: A DISSOLUÇÃO DOS VÍNCULOS SOCIAIS E A DIFICULDADE DE ENCONTRAR UM DIREITO DE TODOS NA SOCIEDADE MODERNA

CONSUMER SOCIETY: THE BREAK-UP OF SOCIAL BONDS AND IS DIFFICULT TO FIND AN ALL RIGHT IN MODERN SOCIETY

¹ Ana Gabriela Rangel Poncio

RESUMO

Com o aumento da liberdade individual, propiciado pela sociedade de consumo, as pessoas se esqueceram do verdadeiro sentido das palavras “solidariedade” e “união”. O presente estudo visa a elucidar por que a lógica da sociedade de consumo impede o encontro de um ideal comum e de um direito de todos, não apenas ligado à satisfação das necessidades particulares. Por meio do método fenomenológico será possível expor o fenômeno da sociedade de consumo como o principal fator para a fragilização dos vínculos sociais e concomitante aumento da impotência coletiva, tendo como base teórica os autores Zygmunt Bauman e Jean Baudrillard.

PALAVRAS-CHAVE: Sociedade de Consumo; Mercado; Poder Político; Liberdade Individual; Insegurança

ABSTRACT

With increasing individual freedom afforded by the consumer society, people have forgotten the true meaning of the words "solidarity" and "unity." This study aims to elucidate why the logic of consumer society prevents against a common ideal and a right for all, not just linked to satisfaction of particular needs. Through the phenomenological method it will be possible to exhibit the phenomenon of consumer society as the main factor for the weakening of social bonds and concomitant increase of collective impotence, with the theoretical basis the authors Zygmunt Bauman and Jean Baudrillard.

Keywords: Consumer; Society Market; Political Power; Individual Freedom; Insecurity

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Direitos e Garantias Fundamentais da Faculdade de Direito de Vitória – FDV, Vitória, ES, (Brasil). Integrante do Grupo de Pesquisa Direito, Sociedade e Cultura (CNPQ). E-mail: agponcio@gmail.com.





INTRODUÇÃO

O aumento da liberdade individual, que teve o seu ápice com o desenvolvimento do capitalismo e, conseqüentemente, da sociedade de consumo, fez com que as pessoas, muito preocupadas com seus desejos e objetivos particulares, se esquecessem do verdadeiro sentido das palavras “solidariedade” e “união”.

Além disso, a constante frustração política fez com que os indivíduos se voltassem cada vez mais para suas próprias vidas particulares, visto que, a luta por direitos se tornou uma verdadeira “perda de tempo” e, na sociedade de consumo, não se pode “perder tempo”. Todo tempo é tempo de produção, de otimização das horas, não é possível parar. É preciso acompanhar as mudanças e exigências do mercado, para a manutenção e o crescimento no emprego. É preciso estar na moda para ser socialmente aceito, e consumir os produtos que tragam *status* e certa posição como um consumidor em potencial.

Diante de tantas instabilidades provocadas pelo mercado, nem mesmo a política é capaz de trazer a segurança esperada. A insegurança vai além das questões políticas, ela está disseminada na sociedade e inserida em cada indivíduo, que voltado para a constante e frustrante busca pela satisfação dos seus desejos, é incapaz de enxergar algo que seja do interesse de todos.

Dentro dessa lógica, os sujeitos não se sentem parte de nada além dos seus interesses individuais. Nem mesmo o governo é de todos, prova disso são as campanhas eleitorais, repletas de discursos que se iniciam com “no meu governo”, como se o governo fosse realmente de alguém. O problema maior está nos membros da sociedade que votam em candidatos com esses discursos, por acharem que as propostas apresentadas são mais compatíveis com os seus interesses individuais.

Vê-se, pois, que não há mais um sentido de cidadania. Esta se restringe unicamente ao voto, que não se tornou nada além de uma expressão da vontade política individual.

As pessoas não se sentem parte de algo, não lutam por algo em comum, por um direito de todos. Até mesmo as manifestações, quando ocorrem, não possuem um ideal



comum, consistem apenas em uma explosão de insatisfações individuais.

A sociedade só se une para lutar quando encontra um “inimigo” comum. Mas, mesmo assim, esse inimigo de alguma forma representa certa insatisfação, gerada em seu âmbito privado.

Ante o exposto, o presente trabalho busca elucidar: por que a lógica da sociedade de consumo impede o encontro de um ideal comum e de um direito de todos, não apenas ligado à satisfação das necessidades particulares?

A razão para se buscar a elucidação do problema apresentado está na dificuldade de se encontrar um verdadeiro sentimento de solidariedade e de um único ideal de luta e reivindicação, tendo em vista a própria estrutura e lógica de funcionamento da sociedade de consumo, que propaga a fragilização dos vínculos sociais, substituindo estes por objetos de consumo. Dessa forma, as pessoas voltam-se cada vez mais às suas necessidades individuais e cada vez menos para aquilo que é de interesse coletivo.

Nesse contexto, o presente estudo mostra-se pertinente e de extrema importância, para que seja possível entender o funcionamento da sociedade de consumo, e como tal lógica fragiliza os vínculos de solidariedade, que unem a sociedade em torno de um objetivo em comum de luta pela conquista de novos direitos e de reivindicação contra os abusos cometidos pelo Estado.

Por meio do método fenomenológico será possível expor o fenômeno da sociedade de consumo, como o principal fator para o conformismo, para a fragilização dos vínculos sociais, aparente aumento das liberdades individuais e, concomitantemente, aumento da impotência coletiva, tendo como principal base teórica os autores Zygmunt Bauman e Jean Baudrillard.

Assim, o presente estudo será dividido em três capítulos. No primeiro, será apresentada a lógica de funcionamento da sociedade de consumo. No segundo será exposta a estrutura social construída a partir de interesses individuais, com o aparente aumento da liberdade individual e diminuição da força coletiva. Por fim, no



terceiro capítulo, será feita a análise da dificuldade de se encontrar um direito de todos na sociedade de consumo tendo em vista a transferência do poder antes exercido pelas instituições políticas, para o mercado.

1 SOCIEDADE DE CONSUMO: A DISSOLUÇÃO DOS VÍNCULOS SOCIAIS E O AUMENTO DOS INTERESSES INDIVIDUAIS

A sociedade de consumo é movida pela eterna busca e frustração dos desejos que ela mesma cria, de modo que, por trás de cada discurso propagado por essa sociedade está a promessa da felicidade.

Primeiramente, é necessário entender que o mito da felicidade nas sociedades modernas, é a expressão do mito da Igualdade, advindo da Revolução Industrial e das Revoluções do século XIX. Assim, para que seja a representação do mito da igualdade, a felicidade precisa ser mensurada (BAUDRILLARD, 2011, p. 49).

Essa mensuração da felicidade, do bem-estar, na sociedade de consumo, pode ser feita por meio dos objetos e signos, excluindo-se a concepção de felicidade como algo advindo do interior dos indivíduos, dissociada de sua materialização através dos objetos e signos (BAUDRILLARD, 2011, p. 49/50).

Em outras palavras, dentro do ideal de consumo, como expressão do mito da igualdade, a felicidade precisa ser palpável e, por isso, ela se distancia ainda mais de toda exaltação coletiva, já que, impulsionada por uma exigência igualitária, se funda nos princípios individualistas, enfatizados pela Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, que reconhecem a cada indivíduo o direito à Felicidade. (BAUDRILLARD, 2011, p. 50).

Nesse contexto, o direito à felicidade passa a ser entendido como um direito individual. Essa ideia de “bem-estar” é a herdeira de toda a revolução que tem como bandeira a igualdade entre os homens, mas que não conseguiu realizá-la. Assim, o princípio democrático foi transferido de uma concepção real, das possibilidades sociais, da felicidade em seu caráter pleno, para a igualdade perante os objetos e signos (BAUDRILLARD, 2011, p. 50). Em outras palavras:



É a democracia do <<standing>>, a democracia da TV, do automóvel e da instalação estereofônica, democracia aparentemente concreta, mas também inteiramente formal, correspondendo para lá das contradições e desigualdades sociais à democracia formal inscrita na Constituição. Servindo uma à outra de mútuo *álibi*, ambas se conjugam numa ideologia democrática global, que mascara a democracia *ausente* e a igualdade impossível de achar. (BAUDRILLARD, 2011, p. 50).

Dessa forma a felicidade passou a ser medida a partir dos objetos, de modo que, houve uma remodelação das próprias relações humanas, moldadas de acordo com a relação dos consumidores com os objetos (BAUMAN, 2008, p. 19).

Verifica-se que, na sociedade de consumo a igualdade é mensurada tendo em vista a capacidade de consumo de cada indivíduo. Isso porque, nessa sociedade tudo se torna em mercadoria e adquire um valor de mercado, inclusive seus membros, que são qualificados de acordo com o seu potencial como consumidor.

Assim, para ser reconhecido e considerado alguém na sociedade de consumo, o indivíduo precisa ser uma verdadeira mercadoria, sendo que, sua subjetividade deve estar em constante mutação para acompanhar as regras ditadas pelo mercado. Nota-se, portanto, uma característica marcante da sociedade de consumidores, que consiste na transformação destes em verdadeiras mercadorias (BAUMAN, 2008, p. 20).

Preocupados em atender às mudanças promovidas pelo mercado e ditadas pela moda, os membros da sociedade de consumo voltam-se exclusivamente para a satisfação de suas “necessidades” e “desejos” pessoais, criados pelo próprio mercado (BAUMAN, 2008, p. 41).

O consumo consiste em uma característica individual, daquilo que define os seres humanos como indivíduos. Diferente do consumismo, que é atribuído à sociedade. Para que a sociedade possa adquirir esse atributo, sua capacidade individual de querer, desejar e almejar deve ser destacada, alienada, dos indivíduos e reciclada por meio de uma força externa que põe a “sociedade de consumidores” em movimento e a mantém como uma forma específica de convívio humano, estabelecendo parâmetros para as estratégias individuais de vida e manipulando as probabilidades de escolha e conduta individuais (BAUMAN, 2008, p. 41).



Dessa forma, toda a sociedade gira em torno dos ideais do consumismo. É este quem diz o que a coletividade quer, deseja, almeja, quais são as vontades dos indivíduos. Todos passam a agir de acordo com as regras ditadas pelo mercado. Nesse contexto, não é estranho observar que os desejos e as vontades dos sujeitos inseridos na sociedade de consumo consistem na acumulação de objetos, haja vista a satisfação (temporária) gerada por estes e a posição alcançada com sua posse (BAUMAN, 2008, p. 41/42).

A aquisição e acúmulo de objetos na sociedade de consumidores é o que define o indivíduo como um consumidor em potencial, sendo que, o tipo de objeto consumido, identificável por sua “marca”, mostra a posição ocupada por esse indivíduo no mercado.

Desse modo, para atenderem às regras de mercado e serem reconhecidos como consumidores em potencial, os sujeitos estão sempre buscando a satisfação de suas necessidades e desejos criados pela sociedade de consumo. Mas ao mesmo tempo em que esta cria desejos e vontades, ela os frustra, visto que, vive-se na “era dos objetos” na qual um objeto substitui o outro a cada momento.

Por outras palavras, ao adquirir o objeto almejado o indivíduo vive um breve momento de satisfação e de felicidade, pois logo surge um objeto novo, que promete uma felicidade ainda maior e o objeto adquirido anteriormente já não servirá mais. É exatamente isso o que impulsiona a sociedade de consumo, a eterna criação e frustração dos desejos, em um ciclo infinito.

Observa-se, portanto, a ideia de descartabilidade existente na relação homem-objeto. Na sociedade de consumo os objetos não são criados para durarem eternamente, mas nascem com um tempo determinado, exatamente para serem substituídos por outros.

Dessa forma, assim como os seres humanos que nascem e morrem, sendo que, cada geração é substituída por uma nova geração, os objetos também nascem e morrem, de modo que, uma geração de objetos é sucedida por outra geração. Essa breve duração dos objetos decorre não apenas do seu modo de elaboração, mas das constantes transformações trazidas pela moda (BAUDRILLARD, 2009, p. 158). Assim, não é necessário que um objeto deixe de funcionar para ser substituído, basta que não esteja mais na “moda”.



O problema reside no fato de que essa ideia de descartabilidade, antes restrita apenas à relação do homem com seu objeto, estendeu-se às relações entre os indivíduos.

Desse modo:

Da atividade de consumo não emergem vínculos duradouros. Os vínculos que conseguem se estabelecer no ato do consumo podem ou não sobreviver ao ato; podem manter os enxames unidos pela duração do vôo (ou seja, até a próxima mudança de alvo), mas são reconhecidamente determinados pela ocasião, sendo frágeis e leves, com pouca influência, se é que possuem alguma, sobre os próximos movimentos das unidades, ao mesmo tempo em que iluminam muito pouco, se é que chegam a iluminar, suas histórias passadas. (BAUMAN, 2008, p. 101).

A busca pela satisfação dos desejos e vontades é algo individual, sendo o consumo uma prática solitária (BAUMAN, 2008, p. 101). Nesse contexto, os vínculos sociais tornaram-se frágeis, e a relação estabelecida entre os indivíduos é duradoura e substituível. Assim, as relações humanas são produzidas da mesma maneira como os objetos são produzidos, em grande quantidade, frágeis, e facilmente substituíveis, constituindo-se em um verdadeiro objeto de consumo (BAUDRILLARD, 2011, p. 232). Nesse sentido, afirma Bauman (2008, p. 136):

Em *Amor Líquido*, tentei analisar a crescente fragilidade dos vínculos inter-humanos. Concluí que hoje em dia essas ligações tendem a ser vistas – como um misto de regozijo e ansiedade – como frágeis, desintegráveis sem qualquer dificuldade e tão fáceis de romper quanto de estabelecer.

Assim, muito preocupados com suas vidas e necessidades particulares, envolvidos na busca pelo reconhecimento como consumidor em potencial e pelo alcance de uma posição no mercado, os indivíduos valorizam mais as relações estabelecidas com os objetos do que entre si. Isso porque, os objetos mostram-se mais capazes de trazer a felicidade buscada, são a materialização dela.

Nesse viés, ocupados com o trabalho, com o acúmulo de capital, para que seja possível a aquisição de objetos e, assim, alcançar *status*, reconhecimento e, conseqüentemente, a tão almejada felicidade, os indivíduos não têm tempo para investirem nos vínculos sociais (BAUMAN, 2008, p. 153).

Com isso, tem-se a instauração de uma sociedade capitalista, interessada e preocupada tão somente com a satisfação de seus desejos individuais. Nesse contexto, verifica-se a ausência de qualquer interesse ou mobilização em torno de um objetivo



comum, de cunho coletivo.

Ao contrário disso, nos raros momentos em que se verifica a manifestação de anseios aparentemente coletivos, ao se observar a verdadeira natureza dessa exteriorização, é possível identificar os interesses individuais dos sujeitos participantes.

Diante desse contexto de busca pelos desejos, de envolvimento e investimento de tempo tão somente nos interesses individuais, verifica-se uma grande dificuldade em identificar o que efetivamente seja de natureza coletiva. A própria sociedade já não consegue mais lutar por direitos que sejam verdadeiramente de todos.

2 O APARENTE AUMENTO DA LIBERDADE INDIVIDUAL E A DIMINUIÇÃO DA FORÇA COLETIVA: A INCERTEZA E A INSEGURANÇA DA SOCIEDADE MODERNA

Diante do contexto apresentado, tem-se a sensação de que não existe nada além da ditadura do mercado e da constante busca pela satisfação das necessidades e desejos individuais (BAUMAN, 2000, p. 12).

A ausência de construção de pontes entre as esferas pública e privada, agregada à dificuldade em se traduzir essas duas esferas, fizeram com que tudo se tornasse privado. Em outras palavras, a exteriorização de insatisfações feitas em público, consistem em um conjunto de queixas pessoais, e não é o fato de serem mostradas em público que as tornam efetivamente públicas (BAUMAN, 2000, p. 10).

Com a falta de pontes entre a vida pública e a vida privada, tem-se uma objeção em se encontrar o que pode unir os indivíduos. Nesse viés, afirma Bauman (2000, p. 11):

A sociabilidade é, por assim dizer, flutuante, procura em vão terreno firme onde ancorar, um alvo visível a todos para mirar, companheiros com quem cerrar fileiras. Há um bocado desses elementos por aí – vagando, andando às tontas, fora de foco. Sem poder extravasar normalmente, nossa sociabilidade tende a se soltar em explosões espetaculares, concentradas – e breves, como todas as explosões.

Assim, os momentos em que a sociedade consegue se insurgir contra algo,



ocorrem quando existe uma identificação entre as insatisfações individuais de seus membros, ou quando existe algum evento que envolva as pessoas, como as Olimpíadas e a Copa do Mundo (BAUMAN, 2000, p. 11).

Nesse cenário, a própria política tornou-se impotente para trazer a segurança e as certezas coletivas, constituindo-se apenas em um mecanismo de alcance das vontades individuais (dos cidadãos e também dos políticos) sendo o voto, um instrumento para o alcance desses interesses.

Isso porque, o verdadeiro poder não se encontra politicamente institucionalizado, não é visível, mas paira sobre a sociedade, não é aparentemente identificável, mas está presente no interior e nas relações do corpo coletivo (BAUMAN, 2000, p. 14). O poder é exercido pelo mercado, que domina e controla cada sujeito individualmente.

Desse modo, por serem incapazes de reduzir a velocidade dos avanços e movimentos do capital, as instituições políticas perdem sua força. Consequentemente tem-se a instauração de uma grande apatia política na sociedade e um desinteresse pelos assuntos políticos, a não ser que se tratem dos escândalos, havendo um enfraquecimento de qualquer expectativa de salvação advinda do governo (BAUMAN, 2000, p. 27).

O problema é que o mercado é instável, suas leis e exigências estão em constante mutação. O que é o padrão a ser atingido hoje, o que está na moda, amanhã será desprezado. Tudo acontece de forma muito rápida, as exigências são transformadas, informações novas chegam a todo momento, sendo necessário acompanhá-las para não ficar para trás no mercado de trabalho e na própria sociedade de consumo.

Vê-se, pois, que o mercado não busca certeza, tampouco pode invocá-la ou garanti-la. Afinal, o mercado progride na incerteza (também denominada de flexibilidade, competitividade, desregulamentação, dentre outros), reproduzindo-a de forma constante. Assim a incerteza é aquilo o que impulsiona o desenvolvimento do mercado, sendo que, a única igualdade promovida por este é a experiência da incerteza existencial (BAUMAN, 2000, p. 38).

Diante de toda essa insegurança, incerteza, e falta de garantia, as ações coletivas ficam impedidas, visto que, a falta de segurança faz com que os sujeitos se volte cada



vez mais para suas vidas privadas para se protegerem e se preparem para um futuro incerto. Nesse contexto, a política pouco pode fazer para ajudar as pessoas, tornando-se impotente (BAUMAN, 2000, p. 12/13).

As instituições políticas, criadas para ajudar os membros da sociedade a combaterem a insegurança, são de pouca ajuda. Em um contexto no qual o mundo se globaliza rapidamente e em que grande parte do poder foi retirado da política, tais instituições não podem fazer muito para fornecer segurança ou garantias. A única coisa que podem fazer e o que fazem é deslocar a ansiedade difusa e dispersa para um único elemento, o da segurança, único espaço em que algo pode ser efetivamente feito e visto. (BAUMAN, 2000, p. 13).

Essa instabilidade instaurada na sociedade gera um desejo pela materialização da segurança. A partir disso, as instituições políticas buscam satisfazer esse anseio social, o que ocorre com a criação e busca de “inimigos”, daqueles que ameaçam a segurança visível da sociedade (BAUMAN, 2000, p. 13).

Assim, como os governos são impossibilitados de prometerem segurança e um futuro garantidos aos seus cidadãos, o jeito é buscar extinguir a carga de ansiedade, ou pelo menos parte dela na guerra contra os estrangeiros que entram em seus países à busca de emprego, contra os “terroristas”, traficantes, e outras ameaças à segurança (BAUMAN, 2000, p. 58).

Nota-se que, atualmente, o crime já não é algo condenável como uma transgressão da norma, mas como uma ameaça à segurança, sendo que, as condutas que tendem a ser criminalizadas consistem nos problemas sociais e naqueles considerados capazes de afetar a segurança do indivíduo, do corpo e da propriedade (BAUMAN, 2000, p. 59).

No entanto, tal prática do governo só aumenta o medo e a desconfiança das pessoas, pois qualquer um pode ser o “inimigo”, este não tem “rosto”, pode estar bem próximo (BAUMAN, 2000, p. 13). Dessa forma, os sujeitos vivem atentos ao outro, ao mal que este pode representar e ser, andam nas ruas em alerta, criam mecanismo de proteção de seus bens contra a invasão do outro, visto que, a ameaça não está nos objetos,



estes só trazem felicidade, mas está em quem pode tomá-los.

Observa-se que, a criação e busca pelo “inimigo” não traz a segurança almejada, apenas concede a sensação de que algo está sendo feito. Quando ele é encontrado, um rosto é mostrado, uma identidade é exibida, sabe-se quem é a ameaça à segurança. O “inimigo” sempre existirá, pois quando um for encontrado, outro será criado, uma vez que, a sociedade precisa dele, precisa ver quem traz a insegurança.

Mas a insegurança é gerada por algo muito maior do que o “inimigo”, e enquanto ela não for realmente reconhecida, ela sempre permanecerá. Isso porque a sociedade se orgulha do que, provavelmente, deveria se envergonhar, que consiste na ideia de que se vive em uma época “pós-ideológica”, não tendo consciência de uma concepção coerente de boa sociedade e de ter substituído a preocupação com o interesse e bem público, pelo alcance de seus interesses individuais (BAUMAN, 2000, p. 16). No entanto:

[...] se pararmos para pensar por que essa busca de felicidade o mais das vezes não consegue produzir os resultados que esperamos e por que o sabor amargo da insegurança torna a bênção menos doce do que nos disseram que seria, não iremos longe sem trazer de volta do exílio idéias como as do bem público, da boa sociedade, da igualdade, da justiça e assim por diante – idéias que não fazem sentido senão cuidadas e cultivadas na companhia de outros. Nem é provável que consigamos tirar a mosca da insegurança do unguento da liberdade individual sem recorrer à política, sem utilizar o veículo do instrumento político e estabelecer a direção em que deve seguir esse veículo. (BAUMAN, 2000, p. 16).

Com isso, verifica-se que a insegurança social é um reflexo da instabilidade e falta de garantia gerada pelo mercado. Desse modo, as relações deixam de ser interpessoais e passam a ser entre os indivíduos e seus objetos. O outro representa uma possível ameaça ao acúmulo de bens e capitais instaurado pelo mercado.

Entretanto, os ideais de liberdade, igualdade, justiça, de boa sociedade, não são atingidos isoladamente, mas são conquistadas a partir da convivência e da união com o outro, para que assim, seja possível identificar o real bem comum.

3 A DIMINUIÇÃO DO PODER POLÍTICO E O AUMENTO DO PODER DO MERCADO: A FALSA IDEIA DA CONQUISTA DA LIBERDADE INDIVIDUAL



Ficou claro que, hoje, vive-se em um mundo repleto de medo e de frustração que pairam sobre a sociedade. Esta, por sua vez, busca desesperadamente algum modo de extravasar que possa ser compartilhado com os outros. A amizade do tipo “um por todos e todos por um” já não existe, foi expulsa do mundo contemporâneo (BAUMAN, 2000, p. 61/62).

Isso não significa que o sentimento de humanidade tenha se perdido, mas que os sofrimentos vividos por cada pessoa não se somam, os sofrimentos ocorrem isoladamente, as misérias são vividas individualmente e separam os sujeitos, rompendo com a ideia de solidariedade. As dificuldades e sofrimentos contemporâneos estão espalhados, assim como o desacordo que geram, sendo que, a dispersão do desacordo, a impossibilidade de condensá-lo em uma causa comum e de atribuí-lo a um culpado comum apenas tornam as dores mais agudas. (BAUMAN, 2000, p. 61).

Em todas as sociedades era por meio da solidariedade que se tinha uma garantia de segurança, dos sentimentos de autoconfiança e de coragem, sem os quais é impossível exercer a liberdade. Foi exatamente essa solidariedade que foi ameaçada com as teorias e práticas neoliberais. Dessa forma, a individualidade da sociedade moderna e pós-moderna foi privatizada, tornando-se o oposto da ideia de liberdade. (BAUMAN, 2000, p. 37/70).

Nesse contexto, houve uma alteração do próprio conceito de “público”, antes entendido por seu aspecto de cunho coletivo, que não poderia ser reivindicado como assunto privado, mas sobre os quais todos poderiam pretender algo por interferir em seus interesses privados. Atualmente, o interesse público confunde-se com a curiosidade, consiste em um espaço onde são expostos assuntos e bens privados, isto é, “O público foi despojado de seus conteúdos diferenciais e ficou sem agenda própria – não passa agora de um aglomerado de problemas e preocupações privados”. (BAUMAN, 2000, p. 71).

Tal realidade, vai de encontro com a ideia de liberdade anunciada pelos pensadores da modernidade emergente, liberdade que consistia na capacidade coletiva da



espécie humana de corrigir seus erros e os próprios erros do passado para, assim, alcançar a liberdade individual. Nesse sentido, era somente por meio da coletividade que os sujeitos poderiam ser realmente livres, e não presos às suas paixões e desejos “pré-humanos” (BAUMAN, 2000, p. 77/78).

Ao contrário disso, a concepção de liberdade que de fato existe hoje consiste na ausência de restrições políticas e estatais para o seu exercício. Afinal, sem esperança em um futuro coletivo do corpo social, cabe a cada indivíduo dar sentido a sua própria vida, sem esperar o auxílio de qualquer líder social. Nessa busca individual pela conquista da liberdade, os grandes exemplos da sociedade são de pessoas isoladas que, como verdadeiros heróis, conseguiram individualmente lutar pela conquista de direitos e de liberdade, tais como Martin Luther King, Nelson Mandela, Mahatma Gandhi, dentre outros que, não graças à sociedade, conseguiram lutar por algo (BAUMAN, 2000, p. 76/78).

Diante desse ideal de liberdade dissociada da intervenção estatal, Bauman (2000, p. 78/79) afirma serem as opções individuais divididas em dois conjuntos de restrições: a agenda de opções e o código de escolhas. A primeira trata-se das alternativas disponíveis. O segundo consiste nas regras que apontam com qual fundamento uma escolha é tomada em detrimento de outra e quando tal escolha mostra-se adequada.

Na fase clássica da modernidade a agenda de opções, isto é, as alternativas disponíveis, possuía como principal instrumento a legislação. Por meio desta, os legisladores escolhiam antes dos indivíduos, reduzindo as opções destes. Já o instrumento para a criação do código de escolhas consistia na educação, cuja função era a de guiar os sujeitos no uso de suas liberdades de escolhas restritas à agenda de opções fixada pela legislação (BAUMAN, 2000, p. 79).

Ocorre que, atualmente, as instituições políticas estão diminuindo sua força no papel de criadoras da agenda de opções e do código de escolhas. Mas isso não quer dizer que a liberdade individual tenha alcançado maior espaço. Significa que tal poder vem sendo exercido por outra força, não política. Dessa forma:



A agenda de opções mais importantes dificilmente pode ser construída politicamente nas atuais condições. Uma tendência marcante do nosso tempo é a crescente *separação entre poder e política*: o verdadeiro poder, capaz de determinar a extensão das opções práticas, *flui* e, graças à sua mobilidade cada vez menos restringida, tornou-se virtualmente global, ou melhor, extraterritorial. Todas as instituições políticas vigentes (elegíveis representativas) continuam até aqui teimosamente locais, praticamente *glabae adscripti*. (BAUMAN, 2000, p. 80).

Diante disso, observa-se que o poder tem sido separado da política, sendo transferido para outra força, de alcance global, e não restrita ao âmbito local, como ocorre com a política.

Contudo, não é o fato de tal poder não ser exercido por uma força política que o torna menos coercitivo. Tudo é estabelecido como antes, a diferença é que existe um novo agente operacional, o mercado (BAUMAN, 2000, p. 81). Este substitui a legislação política, dando uma falsa ideia de que as pessoas podem exercer plenamente a sua liberdade individual, visto que, a restrição não será imposta por uma força estatal.

Entretanto, a liberdade pode ser exercida dentro da agenda de opções criadas pelo mercado. Em outras palavras, a liberdade está condicionada às alternativas apresentadas pelo mercado, isto é, existe liberdade, desde que, as pessoas se submetam à lógica da sociedade de consumo.

Nesse viés, nota-se que a agenda de opções é fixada pelo mercado, sendo que este expõe as alternativas disponíveis. Já o código de escolhas fica à cargo da publicidade, haja vista que esta dirige as escolhas dos consumidores dentro da agenda de opções, mostrando o que é apropriado e adequado à cada indivíduo.

Isso ocorre tendo em vista que é a publicidade quem dita o que é belo, o que está na moda e o que deve ser consumido (SCHUCHOVSKI; PONCIO, SANTOS, 2012, p. 81). Desse modo, ela se dirige a cada público específico, utilizando-se da linguagem e do comportamento desse público para se aproximar dele como um amigo, preocupado com o bem-estar dos sujeitos. Assim, ao se dirigir à dona de casa, a publicidade apresentará o contexto vivido por esta, se utilizará da mesma linguagem desta e, com isso, apresentará o que é mais apropriado para que esta dona de casa consuma (BAUDRILLARD, 2011, p. 216).



Nota-se, que o mercado direciona as ações dos sujeitos de forma sutil, dando a ideia de que as escolhas são feitas unicamente por estes, sem a interferência ou influência de qualquer outra força. Mas não é isso o que ocorre, visto que, tudo segue o princípio da sociedade de consumo, que leva os indivíduos a voltarem-se para a satisfação de seus desejos e considerarem tal lógica como regra de suas vidas (BAUMAN, 2000, p. 82).

Dessa forma, a transferência do poder das instituições políticas para o mercado propiciou uma equivocada sensação de aumento da liberdade. Entretanto, esta encontra-se cada vez mais restrita e presa à lógica da sociedade de consumo.

Vive-se, atualmente, um verdadeiro totalitarismo ditado pelo mercado. Nesse viés, assim como no regime totalitário, a única liberdade oferecida pelo mercado é a de obedecer ou ser excluído da sociedade de consumo. O objetivo dessa lógica de mercado é a de destruir a autoconstituição e autodeterminação individuais para impossibilitar os indivíduos de pensar, tornando seus pensamentos irrelevantes para o sucesso ou fracasso do poder (BAUMAN, 2000, p. 94/101).

Ante o exposto, verifica-se que o controle e restrição das liberdades individuais é exercido por uma força muito maior do que a força política e estatal. Todavia, ao contrário destas, o poder exercido pelo mercado é invisível, imperceptível, o que impossibilita a própria insurgência da coletividade contra o seu sistema, visto que, tal poder paira sobre a sociedade e não se encontra materializado em uma instituição.

Além disso, a própria atuação desse poder, ao contrário do poder antes exercido pela política, não consegue ser vista, uma vez que, são os próprios indivíduos que agem e obedecem à lógica de mercado sem perceber e, por isso, aparentemente, suas ações são guiadas pela autonomia de suas vontades.

É exatamente nesse contexto que surge a dificuldade de se encontrar um ideal de luta por algo que seja de todos. Primeiramente porque tudo na lógica do consumo gira em torno das vontades individuais de cada indivíduo, sendo que, o próprio espaço público foi invadido pelas questões privadas.

Ademais, mesmo que as pessoas se manifestem contra algo, cada uma terá seu



motivo particular para se insurgir, sendo que, muitas vezes a dificuldade estará em contra quem se manifestar. Afinal, o verdadeiro poder não pode ser visto, ele está internalizado em cada membro da sociedade de consumo.

Tal fato só aumenta ainda mais a ansiedade social, uma vez que, nos raros momentos em que ocorre um clamor social, as instituições políticas pouco podem fazer, tendo em vista que o poder já não está nessas instituições, sendo elas, também inseridas na lógica do mercado, que é imperceptível, incontrolável e extremamente eficaz.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A sociedade de consumo é impulsionada e se desenvolve por meio da eterna busca e frustração dos desejos que ela mesma cria, sendo que cada discurso propagado por essa sociedade traz em si a promessa da felicidade.

Tal felicidade é materializada por meio dos objetos e signos, sendo medida a partir destes. Na sociedade de consumo a igualdade é mensurada de acordo com a capacidade de consumo de cada indivíduo, visto que, tudo nessa sociedade é transformado em mercadoria, inclusive os próprios indivíduos.

Diante disso, a vida dos sujeitos é pautada na busca pela satisfação de seus desejos e interesses particulares para serem reconhecidos como consumidores em potencial e como verdadeiros membros da sociedade de consumo.

O problema é que a busca pela satisfação dos desejos e vontades é algo individual, sendo o consumo uma prática solitária. Desse modo, os vínculos sociais tornaram-se frágeis, sendo que a relação estabelecida entre os indivíduos é duradoura e substituível, assim como a relação estabelecida entre o homem e seu objeto.

Observa-se que o verdadeiro poder não se encontra nas instituições, mas no próprio mercado que, de forma sutil guia as ações e escolhas dos sujeitos dando-lhes a falsa ideia de que são pautados por sua própria liberdade individual. A atuação do mercado não pode ser materializada, visto que, encontra-se internalizada em cada indivíduo.



Desse modo, vive-se, atualmente em um verdadeiro totalitarismo ditado pelo mercado, sendo que a única liberdade concedida por este é a de obedecer, com o objetivo de destruir a autodeterminação dos indivíduos para que seus pensamentos e ações em nada influenciem no sucesso ou fracasso do poder.

Diante da sutileza da atuação do mercado, tem-se a dificuldade de se encontrar um ideal de luta comum a todos. Isso porque tudo na lógica do consumo gira em torno das vontades individuais de cada indivíduo. Além disso, mesmo que as pessoas se manifestem contra algo, cada uma terá seu motivo particular para se insurgir, sendo que, muitas vezes a dificuldade estará em contra quem se manifestar, haja vista que o verdadeiro poder não pode ser visto.

Ante o exposto, resta clara a instauração de uma sociedade capitalista, interessada e preocupada tão somente com a satisfação de seus desejos individuais, restando ausente qualquer interesse ou mobilização em torno de um objetivo comum, de cunho coletivo, sendo que tudo obedece a lógica de mercado.



REFERÊNCIAS

BAUMAN, Zygmunt. **Em busca da política**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor Ltda, 2000.

_____. **Vida para consumo**: a transformação das pessoas em mercadoria. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor Ltda, 2008.

BAUDRILLARD, Jean. **A sociedade de Consumo**. Lisboa: Edições 70 LDA, 2011.

_____. **O sistema dos objetos**. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 2009.

DUTRA, Elza. A narrativa como uma técnica de pesquisa fenomenológica. **Estudos de Psicologia**, Rio Grande do Norte, 2002, 7(2), 371. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/%0D/epsic/v7n2/a18v07n2.pdf>>. Acesso em: 31 maio 2016.

SCHUCHOVSKI, Lays Novaes; PONCIO, Ana Gabriela Rangel; SANTOS, André Filipe Pereira Reid dos. O lugar da infância na sociedade de consumo: uma sociologia da relação entre publicidade e infância no Brasil. **Panóptica**, Vitória, v. 7, n. 1 (23), p. 71-103, fev. 2012. Disponível em: <http://www.panoptica.org/seer/index.php/op/article/view/Op_7.1_2012_71-103/163>. Acesso em 5 ago. 2016.